



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze reuniu, pelas nove horas e quarenta minutos, no auditório do edificio da Junta da União das Freguesias em São Pedro da Cova, em sessão ordinária, conforme aviso convocatória, regularmente enviada e devidamente publicitada, a Assembleia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, com a seguinte Ordem de Trabalhos
1 - Período antes da Ordem do dia
2.1 Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior
A Sra. Presidente de Mesa iniciou a sessão cumprimentando o público presente, desejando-lhes um bom ano. Cumprimentou também o executivo e todos os deputados, desejando a todos um excelente 2015 Seguidamente, ao abrigo dos normativos em vigor, anunciou os pedidos de substituição apresentados à Mesa da Assembleia (ficando as respetivas declarações e pedidos de substituição apensos à presente ata)
Da baneada da Coligação Democrática Unitária, (de ora em diante designada por CDU) pedido de substituição da deputada Silvana Marques (Anexo 1) para a sessão em eurso
Da baneada do Partido Socialista, (de ora em diante designado por PS) pedido de substituição da deputada Linda Rosa (Anexo 2) para a sessão em curso
Da bancada do Partido Social Democrata (de ora em diante designado por PSD), substituição do deputado Carlos Castro (Anexo 3), de 22/12/2014 a 12/01/2015, por motivos pessoais
Seguiu-se para a ebamada, registando-se a presença dos deputados
Augusto Barbosa, Bibiana Silva, Joaquim Marques, Joana Silva, Damião Alves, Bruna Rocha, David Tavares e Helena Moura (em substituição de Silvana Marques) todos da CDU; Carlos Taveira, Vítor Almeida, Maria Leonor, Armando Correia e Paula Silva (em substituição de Linda Rosa) todos do PS; Fernanda Vieira, Albino Castro e Joaquim Cunha, todos do Movimento Vontade do Povo – Fernanda Vieira (de ora em diante apresentado por MVPFV); José Alves, Daniela Real e Nuno Rocha (em substituição de Carlos Castro) todos do PSD).
Verificando-se a existência de quórum, a Sra. Presidente de Mesa deu como aberta a sessão, passando à

Verificando-se a existencia de quorum, a Sra. Presidente de Mesa deu como aberta a sessão, passando à leitura da Ordem de Trabalhos. No Período Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente de Mesa, começou por dar algumas informações, nomeadamente, no que concerne à composição da Mesa da Assembleia, que daqui até ao fim do pedido de suspensão da segunda secretária, será composta apenas pela Presidente e pela primeira secretária. Relativamente à Proposta apresentada pela CDU na última assembleia, relativa à criação de uma comissão para um debate/sessão pública sobre a requalificação ambiental do espaço de onde estão a ser retirados os resíduos perigosos, informou que já se realizou uma reunião, com o presidente da junta e um





Dada a palavra ao público, não se registou qualquer inserição. Na sequência, passou-se à inscrição dos deputados que pretendiam intervir, registando-se a inscrição e intervenção de......

Deputado Carlos Taveira (PS) cumprimentou todos os presentes, desejando que todos tenham tido umas boas festas. Apresentou uma proposta de recomendação (anexo 4) sobre o fim a dar ao edificio da antiga escola do 1º ciclo de Tardariz, nomeadamente a cedência do espaço à ARCBF Vai Avante para a instalação da valência de centro de dia.

Deputada Daniela Real (PSD) cumprimentou todos os presentes. Refere que o grupo parlamentar que representa não quer deixar passar a oportunidade de esclarecer os presentes e em especial todos os que reclamam pertença e autoria de iniciativas que nunca levaram a cabo, enunciando algumas destas: Prémio Nacional de Poesia, na altura uma arrojada iniciativa criticada por muitos, da autoria do Executivo gerido pelo Sr. José Martins. Congratula-se com o facto dos executivos seguintes e agora a CDU manterem esta iniciativa tão importante na divulgação da cultura. Continua referindo que, tal como salientaram na comunicação social, o Presidente Daniel Vieira referiu que "não basta escrever a história, é preciso que a mesma seja conhecida". Lamentam que a Sr. Deputada Fernanda Vieira (MVPFV), na altura Presidente do Executivo, não tenha tido essa atitude para com o Sr. Ernesto Augusto, anterior presidente. Refere que ou nada sabe da história ou limitou-se a ignorá-la. Refere que porém não desperdiçou a ocasião proporcionada por este Executivo para estar presente na cerimónia que lhe foi feita. De resto, refere que foi o Sr. Ernesto Augusto responsável por esta iniciativa histórica e de homenagem a todos aqueles que serviram a freguesia desde a sua criação. Mais tarde, dado o alcance social e político da iniciativa, a grande maioria das juntas de freguesia deste concelho seguiram-lhe o exemplo. Por último, referindo-se ao Memorial dos Combatentes da Guerra, informa que tem chegado ao conhecimento dos membros da sua bancada que a autoria deste inigualável e marcante registo histórico remonta ao século passado e é desconhecida. Pois bem esta irrepetível iniciativa teve um autor e também foi o Sr. Ernesto Augusto. Na realidade, considera que foi graças ao seu empenho que os familiares das vítimas identificados no Memorial, podem, sempre que o queiram, prestar homenagem àqueles que lutaram durante a Guerra do Ultramar. Por fim, refere que para aqueles que pensavam o contrário basta consultarem as atas e publicações populares da época dos dois grande acontecimentos.

Deputado Albino Castro (MVPFV) cumprimentou todos os presentes e faz suas as palavras da Sra. Presidente de Mesa em relação à saudação. Neste período pretende dar conta de uma pequena questão na convocatória, referente ao ponto 2.3 da mesma, caracterizado como atividade operacional e financeira, o que não está correto, já que deve dizer-se "atividade operacional e situação finaneeira". Refere a Proposta apresentada pelo Partido Socialista, referindo que é evocado um artigo que já se encontra revogado, o artigo 68 da Lei 169...





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Deputado Armando Correia (PS) cumprimentou todos os presentes. Passa à leitura de um texto, seguidamente transcrito. Trata-se de "um assunto não local mas de earacter internacional. Fez no passado dia 9 de novembro vinte e cinco anos que o Muro de Berlim conhecido por todo o mundo eivilizado como o muro da vergonha caiu. Um muro com sessenta e seis quilómetros e meia e trezentas e duas torres de observação. Mesmo assim ainda hoje há quem continue a defende-lo sem vergonha e sem pudor nem que para isso vá eontra todas as evidências histórias contra aquilo que foi a vontade dos povos e mantenha-se cego contra as atroeidades cometidas pelos regimes totalitários soviéticos. Segundo parece é possível ver a antiga república democrática alemã como uma pátria de notáveis realizações no plano económico, cultural e social, promotora da paz no mundo e representante do socialismo eientífico na terra e nunca referir as pessoas que morreram a tentar sair da RDA para a RFA. Em 1961 a Alemanha viveu uma experiência até então inédita nos outros países, viu uma cidade sua, Berlim, ser dividida em dois lados por um muro, com cada lado governados por regimes políticos contrários. A divisão era resultado do final da segunda guerra mundial quando a Alemanha foi invadida por todos os lados e fieou dividida em dois países uma Alemanha Oeidental, capitalista, oeupada por tropas inglesas, francesas e americanas e uma Alemanha oriental também chamada República Democrática Alemã governada pelos comunistas e pela União Soviética. Como consequência, esta eapital, Berlim, aeabou também dividida; a cidade ocupava uma posição estratégica no centro da parte oriental da Alemanha por isso, os aliados pressionaram para que ela fosse dividida em quatro seetores, sendo que o Russo seria o maior. Como o lado Ocidental apresentava melhores índices económicos de prosperidade o governo da RDA temia uma fuga em massa dos moradores do paraíso comunista e decidiu separar a cidade do resto do país, primeiro com arame farpado depois fazendo um muro de cimento. Nos vinte e oito anos de existência do muro morreram muitas pessoas, não existem números exatos e há indieações muito contraditórias porque a República Democrática da Alemã sistematicamente impedia todas as informações sobre os incidentes fronteiriços. Quem considera quem em 1990 existe uma anexação da RDA por parte RFA esqueee-se do que aconteceu em 1945 foi uma ocupação de meio país e isto sim uma divisão por duas vezes deste mesmo país mas no entanto os aliados rapidamente deixaram o povo alemão decidir o seu eaminho do seu lado do país e do lado soviético agarrou o máximo possível o poder. Em todo o mundo existe vários muros, vários muros de Berlim, a queda do Muro da Alemanha não foi o fim desta cidades e destes países divididos por cimentos ou arame farpado. Podemos ver na Cisjordânia entre os palestinianos e os israelitas, podemos ver na fronteira do Sul dos Estados Unidos com o México, podemos ver no Sul da Europa entre a Turquia e a Grécia, podemos ver também no Sul da Europa ou no norte de áfrica, digamos assim entre a Espanha e Marroeos. O mais eonhecido destes muros ainda divide dois povos que outrora foram só um, também fruto da Guerra Fria, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul estão divididas por um Muro com quase duzentos e cinquenta quilómetros de extensão. É necessário entender que nem todos os muros são iguais ao Muro de Berlim e mesmo existindo uns mais reprováveis do que outros, todos são, sem exeeção, reprováveis. Mas há que aceitar e não esqueeer, camuflar que o Muro de Berlim foi criado por um regime contra as pessoas que governavam porque sem o Muro essas pessoas fugiam. É preciso que os vários agentes políticos nacionais e não só saibam distinguir entre o governar de acordo com a vontade do povo e governar atropelando o povo na defesa de alguma pseudoideologia mais demagógica do que eoncreta. Podemos ainda dizer que a queda do Muro não foi apenas o fim do muro foi também o início de uma nova era em que a democracia e o desenvolvimento chegou a muitos países dominados pelo





Deputado Nuno Rocha (PSD) cumprimentou todos os presentes. Passou à leitura do documento seguidamente transcrito. "Encontramo-nos no final do ano de 2014. Como é normal, no final de cada ano, poderemos e deveremos fazer o balanco de como decorreu o ano que agora termina. Poderemos analisar de várias formas, mas somos da opinião que deveremos analisar com factos. E como factos relevantes. E dos vários factos que ocorreram este ano no nosso país não podemos deixar de realçar alguns desses factos. E o primeiro facto que ocorreu que não podemos, nem devemos deixar de mencionar é o fim do programa de assistência financeira, que as três instituições internacionais, mais conhecidas por "troika", nos eoncedeu num momento de extrema dificuldade do nosso país, que o anterior governo do Partido Socialista, liderado pelo Engo José Sócrates nos seus seis anos de governação. Recordo aqueles que têm memória mais curta, que o pedido de assistência internacional foi efetuado, acordado e assinado pelo então governo do Partido Socialista, quando verifieou que não tinha capacidade para resolver um gravíssimo problema que criou com a sua governação. O programa de assistência financeira foi cumprido e posto em prática pelo atual governo. Cumpriu com todos os compromissos internacionais que o anterior governo em desespero se comprometeu e comprometeu futuros governos. Muita gente, desde então líder oposição, do atual líder da oposição, os outros partidos mais esquerda, comentadores políticos, politólogos, economistas consagrados diziam que não era possível cumprir o programa de assistência financeira. O país não tinha outro caminho senão, pedir um segundo resgate. Era inevitável. Não podia ser de outra forma. Era um facto consumado. A certeza era tanta que até adiantaram o valor do segundo resgate. Mas enganaram-se redondamente. Eis que afinal não foi pedido um segundo resgate. O governo atual, o país e os portugueses aprovaram que não era necessário o pedido de um segundo resgate como sempre disseram. Depois surgiu nova teoria. Portugal só conseguiria terminar o programa de resgate financeiro eom sucesso, a muito custo, mas só com um programa cautelar. A certeza e a convicção eram as mesmas e emanadas pelos mesmos. Mais uma vez enganaram-se. O país terminou o seu programa de assistência financeira, sem necessidade de um segundo resgate e também sem necessidade de um programa cautelar, para tristeza de alguns, felizmente poucos. Minhas senhoras e meus senhores, isto são factos, não são suposições, não são teorias, são factos. Recordo apenas mais dois factos: A taxa de juro da divida soberana em 2011, chegou a atingir os 10%. Agora em 2014, ronda os 2% e alguns prazos 1%. O défice orçamental em 2011 era de cerca de 12%, este ano de 2014 rondará os 3,5% a 4%. Estes são apenas alguns dos resultados conseguidos nestes três anos, em que o país viveu sobre resgate financeiro internacional. Foram três anos muito duros. Foram anos duros que inevitavelmente e infelizmente trouxe consequência para o país e para os portugueses. E uma das consequências para o país é a elevada taxa de desemprego. A taxa de desemprego baixou relativamente a 2011. E baixou bastante. Em 2011 era de cerca de 18% e agora em 2014 é cerca de 13%. Apesar de ter diminuído, continua demasiado alta. O





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova desemprego é um problema grave que afeta muitas famílias. Outra consequência é a emigração de muitos portugueses. Este ano o número de portugueses que emigraram diminuiu, embora tenha sido elevado. Estas são duas das maiores consequências da aplicação da obrigatória e inevitável consolidação Orçamental, que anos de desgoverno socialista conduziram o país. Recordo mais uma vez os mais esquecidos que Portugal esteve a um passo da banca rota em abril de 2011. A todos sem exceção, desejo um ano de 2015 melhor que 2014. Grupo Parlamentar PSD/CDS-PP.".

Deputada Fernanda Vieira (MVPFV) pede para usar da palavra na medida em que foi referido o seu nome. Refere que, relativamente à homenagem que o Executivo lhe prestou e que a bancada do PSD falou que não foi prestado ao anterior presidente do Executivo, o Sr. Ernesto Augusto, gostaria de fazer um esclarecimento. Reconhece que o anterior presidente foi o obreiro da iniciativa da galeria dos presidentes. Reconhece também que a homenagem seria justa a todos os que a antecederam e a mim que o precedi. Reconhece também que na altura estava a ser preparado pelo executivo de então, estando aqui agora presentes três membros dessa altura, uma homenagem para lhe ser feita, mas o Sr. Presidente Ernesto Augusto antecipou-se numa reunião da Assembleia em que ela faltou por estar presente noutra reunião da Assembleia Municipal e este fez chegar a fotografia para ser colocada na parede pelo Sr. Miguel Rodrigues. Demonstra que o executivo ficou desiludido pois estava a preparar a homenagem, considerando que foi um mal entendido e que, assim sendo, querem ver esta situação esclarecida pedindo que caso estejam com ele lhe possam referir estes factos.

Deputado José Alves (PSD) questiona quem é que colocou a fotografia.....

Sra. Presidente de Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta para alguns esclarecimentos......

Sr. Presidente da Junta cumprimentou todos os presentes, esperando que todos tenham tido um bom natal. Refere que vai apenas falar sobre uma das questões, todas as outras estão dentro do debate da Assembleia. Vai assim, pronunciar-se sobre a proposta apresentada pela bancada do PS uma vez que a mesma tem implieações para a Junta de Freguesia. Refere que a proposta contem duas ilegalidades, uma delas porque cita uma lei errada e a segunda porque toma decisão pela junta de freguesia. Segundo o artigo número nove da Lei 75/2013 compete à Assembleia de Freguesia sob proposta da Junta, (alínea h) autorizar a celebração de protocolos de delegação de tarefas administrativas entre a Junta de Freguesia e a organização de moradores e (alínea i) autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local. Com isto quer dizer que uma proposta destas só pode ser votada sob proposta da Junta de Freguesia. No máximo o Partido Socialista só pode recomendar à Junta de Freguesia que desenvolva





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova esforços, trabalho nesse sentido, não pode propor que a Assembleia de Freguesia aprove esta cedência. Assim considera que estão a fazer uma proposta que vai para além das suas competências. Por fim refere que no entendimento do exeeutivo esta proposta é eompletamente despropositada; percebe a intervenção política do Partido Socialista até porque no último ato público do "Vai Avante" um dirigente do PS prometeu que se ia propor na Assembleia de Freguesia que a escola fosse para a instituição, no entanto, refere que a escola ainda não está na posse da Junta de Freguesia. A escola ainda é, ainda está sob alçada da gestão da Câmara Municipal de Gondomar, a Junta de Freguesia ainda não tem a escola na sua posse. Refere que recentemente enviaram um e-mail para a Câmara onde colocaram um conjunto de questões relativamente ao património da freguesia e situações que é preciso resolver entre as duas entidades, não só daquela escola mas também de uma escola que a Junta de Freguesia está a ocupar eomo armazém que é a Escola da Covilhã eomo também este edificio da Junta, eomo também o Centro Lúdico Municipal eomo um conjunto de questões que não estão esclarecidas e que no entendimento do Executivo podiam em primeiro lugar ser resolvidas entre a Câmara e a Junta e posteriormente ser tratada a sua gestão, por exemplo os próprios bombeiros voluntários fizeram uma proposta para utilização daquele espaço

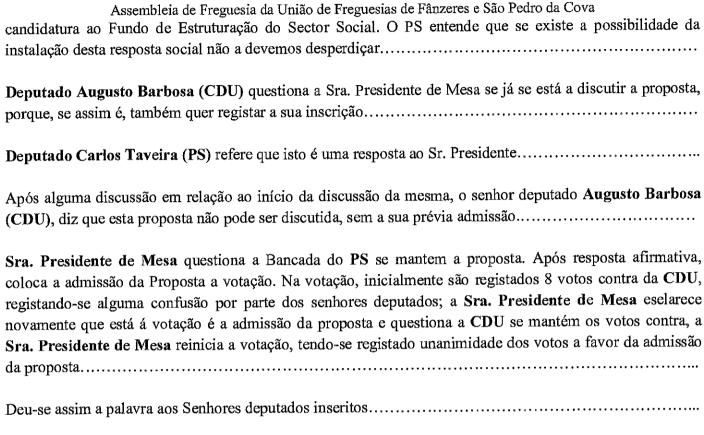
Deputado Carlos Taveira (PS) pede o uso da palavra para esclarecimento. Primeiro refere que a proposta não apresenta um contrato de comodato, senão ele estaria junto da proposta mas sim visa propor à Assembleia aprovar uma proposta para que seja apresentado um contrato de comodato. Cabe ao Executivo apresentar depois a proposta a ser votada.

Sr. Presidente da Junta refere que não é isso que está apresentado e que a Assembleia não pode aprovar a apresentação de propostas eom este eonteúdo, pedindo ao Sr. Deputado que leia a lei......

Deputado Carlos Taveira (PS) refere que a lei tem muitas interpretações e que há muito mais quem perceba melhor de leis do que este e o Sr. Presidente da Junta juntos. Em relação à posse das instalações refere que pode fazer chegar a esta Assembleia uma comunicação da Câmara Municipal de Gondomar que diz que as instalações são propriedade da União das Freguesias. Assim, aquela informação que o Sr. Presidente deu não é correta. Outro ponto é se a União das Freguesias quer ou não fazer a eedência do espaço, como refere a proposta; o espaço está ocupado por esta instituição há eerca de vinte anos e portanto ou se instalam neste espaço sem autorização dos proprietários sejam eles quem for ou legalizamos esta situação. Acrescente-se que o Partido Socialista teve o euidado de na proposta não dizer quem é que era o proprietário à data, não sendo esse o foeo da questão, mas na verdade alguém os autorizou a lá estar e não há uma ordem de desocupação. Consideram que esta situação não se pode prolongar por mais tempo e que cabe aos responsáveis políticos manter a situação ou resolver a situação, refere que a estes e ao Partido Socialista interessa a situação dos fanzerenses e sampedrenses e de facto o concretizar e o legalizar de uma situação que está a inviabilizar uma mais-valia para a freguesia na medida em que para poder concorrer neste caso ao Fundo de Estruturação do Sector Social uma associação não pode utilizar umas instalações das quais não tem um contrato de arrendamento ou de comodato. Cabe à União de Freguesia deeidir ceder ou fazer um coneurso, mas fazer alguma coisa. Assim apresentam esta proposta para este fim, não para lá fazer um ATL, um eentro de convívio para jogar a sueca, mas sim para a instalação de um centro de dia preeisamente após a







Deputado Joaquim Gonçalves (CDU) refere que compreende o trabalho político feito pelo PS, no entanto não considera assim tão pertinente a proposta, visto a Associação já usufruir do espaço. Considera que a Associação Vai Avante tem feito um trabalho relevante mas o que aqui se discute é o usufruto do espaço, assim é necessário primeiro saber a quem o edificio pertence, o próprio Sr. Presidente tem dúvidas como disse aqui e depois a partir daí eoloca-lo ao serviço do povo seja pelo Vai Avante ou por outra associação. O deputado mostra estranheza pela iniciativa do PS, pois considera que há muitas mais situações destas nas duas freguesias, assim como no país inteiro há muitas escolas abandonadas e muitas associações a querer usufruir do espaço. Refere por exemplo a Associação de Reformados de São Pedro da Cova, o Coro que funciona na Cripta como associações à espera de um espaço e a Câmara não se tem preocupado com estas situações. Assim considera que a iniciativa do PS apesar de boa no sentido de preocupação com a sociedade é antecipada, não está no tempo pois provavelmente não se preocuparam em perguntar ao executivo da Junta





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova qual a situação do edifício, proprietários etc, e assim apresenta aqui uma proposta para ficar na fotografía e bem visto mas se quiserem ser honestos e justos é essencial saber primeiro a situação real do edifício. O deputado refere que se o PS tem um documento que prova que o edifício é da Junta pois bem o executivo ficou a saber hoje, através do PS que tem um edifício, porque nós até aqui não sabíamos, pelo menos foi o que o Sr. Presidente disse....

Deputado David Tavares (CDU) cumprimentou todos os presentes. O deputado refere relativamente à proposta apresentada pelo PS que referia terem a informação de que o edificio é propriedade da Junta de Freguesia, a bancada da CDU por sua vez tinha a informação de que o mesmo imóvel ainda não tinha sido formalmente entregue e definida a passagem do imóvel para a Junta de Freguesia. Tinha também outra informação de que esta situação da passagem do imóvel já estava a ser discutida entre as duas instituições, o Vai Avante e a Câmara Municipal portanto não faz sentido estar a trazer esta questão uma vez que as duas entidades já estavam em diálogo. Assim, enquanto não ficar definido quem é o proprietário ou gestor do imóvel não faz sentido estar em votações sem saber se temos ou não legitimidade para essa votação.......

Deputado Carlos Taveira (PS) refere o erro na citação da Lei na proposta, revogada pela Lei 75/2013, apenas como uma forma de enquadramento da própria competência da Assembleia de Freguesia sobre a diseussão em eausa. Confirma a revogação referida e apresenta disponibilidade para a alteração e indicação do artigo correto. Considera que este erro não retira a legalidade da proposta pois a mesma é no sentido de propor à Assembleia que a questão seja colocada e que o Executivo traga uma proposta. Relativamente à questão de antecipação o deputado considera que não estão em nada a "pôr a carroça à frente dos bois" e refere que uma situação eom vinte anos é preocupante e mais ainda quando já estão a ocupar o espaço e não existe um suporte legal para a ocupação. Considera que esta é uma situação que durante vinte anos não foi regularizada, nem legalizada pelos executivos da Junta de São Pedro da Cova e pelos executivos camarários. Esta é uma questão política não no sentido de ilibar ou responsabilizar alguém. Considera a situação ainda mais premente pois, como refere a proposta, existe uma eandidatura, algo muito concreto para um projeto que tem todas as condições para seguir em frente, a instalação de um centro de dia nesta comunidade e que se encontra travado por uma questão formal, haver ou não um documento que legalize a ocupação do espaço. Questiona se não é prioritário abrir um centro de dia nesta comunidade. Considera que todos devemos estar preocupados com esta situação. Refere que se a CDU está preocupada com brilharetes. considera que isto não é um brilharete, considera que não há aqui nenhum negócio, refere que espera que não venham a referir que a Associação Vai Avante se identifica com um força política apesar de muitos dos dirigentes serem de uma força política; espera que a associação não venha a ser prejudieada por o senhor presidente ser militante de uma outra força política. Considera que a sua proposta é muito clara, que a Assembleia aprove uma proposta para que seja apresentada da parte do executivo e refere o facto do deputado Joaquim Gonçalves estar a sorrir.....

Deputado Joaquim Gonçalves (CDU) refere que está a sorrir porque aquilo é de rir pois estão a ser levantadas questões que nada têm a ver e que tem a certeza que o Vai Avante não se sente prejudicado.......





Deputado Carlos Taveira (PS) eontinua a sua intervenção referindo que não vai responder mais ao Sr. Deputado, já que as vê como regras essências da democracia desde a queda do Muro de Berlim. Continua referindo que o que está a dizer para quem quiser entender é que as coletividades não devem ser prejudicadas pelas orientações políticas dos seus dirigentes, eu acredito que este executivo não vai prejudicar o Vai Avante por eausa disso. Para o Partido Socialista faz todo o sentido a instituição que ocupa o espaço há vinte anos manter a manutenção do espaço e que seja legalizada a situação para que possa ser instalado um centro de dia e a proposta dos mesmos vai nesse sentido. Se há outras que podem ocupar consideram que pois bem, então que se desocupe o espaço e que alguém o ocupe pois não cabe à Assembleia decidir isso. Relativamente à Propriedade refere que vai fazer acompanhar à proposta retificada a informação formal e oficial que lhes chegou sobre a propriedade do espaço. Como conclusão acrescenta que a proposta apresentada é a que mantêm com a exceção de alteração do artigo e assim a farão chegar. A proposta é para que seja apresentada pelo executivo uma proposta de comodato com a intenção referida na proposta......

Deputado Joaquim Cunha (MVPFV) refere que para poderem votar tem que ficar claro e preciso que a escola pertence à União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova porque se, assim não for, não se pode votar....

Sr. Presidente da Junta pede para intervir, visto haver questões a esclarecer. Após lhe ser dada a palavra refere que anteriormente havia já colocado a questão e que, quer na forma quer no conteúdo, o documento não lhe parecia estar correto nem legal, mas é uma opinião pessoal. Continua referindo que têm correspondência trocada com a Câmara Municipal em que havia um processo de negociação não só relativamente a este equipamento mas em relação a um conjunto de equipamentos da freguesia. É verdade que há uma decisão judicial que tem eerea de dez anos relativamente àquela escola que aponta no sentido da propriedade ser da Junta de Freguesia mas é importante referir que a escola não está nas mãos do Vai Avante há vinte anos, pois até há cerca dois anos atrás a escola esteve a ser utilizada porque foi para isso que ela foi cedida à Câmara, para o ensino primário. A escola estava a ser utilizada, não estava cedida ao Vai Avante, a associação usava-a pontualmente para a realização de atividades ao fim de semana. O executivo da Junta sempre considerou ser necessário haver uma entrega formal do edifício à Junta de Freguesia. Questiona quem paga a luz, a água e refere que não é a junta, não é o Vai Avante, é a Câmara. Refere o material que está dentro do edificio, o inventário. Refere que há eerca de três meses houve uma funcionária do património da Câmara que foi à Junta de freguesia para entregar a chave da escola de Tardariz e este referiu que na altura falou com a funcionária de forma a pegar no inventário e ambos se dirigirem à escola e formalmente tratar do assunto e a funcionária acabou por ir-se embora e não deixar a chave. Assim, continua referindo que recentemente eolocaram á Câmara um conjunto de questões que no seu entender poderiam ser resolvidas em conjunto visto que a Junta pode conseguir uma melhor solução para o seu patrimómio se as questões forem resolvidas em conjunto e refere vários desses edificios; assim, refere que esta proposta apresentada é uma má proposta para a capacidade de negociação da freguesia, não estando em eausa a escola





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova ser utilizada, visto que até como Junta de Freguesia não têm qualquer projeto próprio para dar à escola, consideram que ela deve ser dada à comunidade. Consideram que deveria ser aberto um processo transparente a quem se quisesse candidatar para desenvolver lá um projeto, seja que instituição for. Refere que não estamos a falar de uma questão menor, pelo contrário referimo-nos a uma escola que tem 130 anos que significa muito para a população daquele lugar e para esta freguesia e portanto considera que é uma questão que está a ser tratada de forma despropositada. Continua referindo que lamenta que o senhor deputado tenha acesso a informação contrária à que a junta de freguesia tem, acrescentando que ainda há poucos dias falou com o Vereador do Património sobre esta matéria, coloeou este problema e foi-lhe referido que no início de janeiro próximo se sentariam para ver todas as questões em conjunto. Refere ainda que nunca estiveram de acordo com a forma populista que a Câmara anterior tratava o seu património, fazendo com que um conjunto de equipamentos não estejam ao serviço da eomunidade porque foram tratados dessa forma, sem critérios..... Deputada Augusto Barbosa (CDU) refere que assim passaram a saber que a proposta não só invoca uma lei errada como contem afirmações que são erradas, nomeadamente que o "Vai Avante" usufrui das instalações há vinte anos..... Deputado Carlos Taveira (PS) refere que a proposta é clara e o texto explica essa questão; se quiser posso ler a proposta- refere o deputado. Após se gerar alguma discussão na sala, a Sra. Presidente da Assembleia pede ordem aos deputados e refere que considera se está a discutir e andar à volta sempre do mesmo, relembrando a Assembleia que há outros assuntos na ordem de trabalhos..... Deputado Joaquim Cunha (MVPFV) refere que para votar isto é necessário saber onde está a razão relativamente ao proprietário: ou do lado do PS ou do lado do Presidente da Junta de Freguesia. Refere também que esta proposta tem que ser reformulada e dessa forma o seu teor não será o mesmo, assim sendo refere que nesta assembleia não pode votar esta, tem que votar posteriormente a que for reformulada........... Deputado Carlos Taveira (PS) refere que relativamente à nova formulação, a alteração poderá eonter corretamente os termos do artigo e relativamente à informação considera a proposta muito clara..... Sra. Presidente de Mesa questiona o deputado Carlos Taveira (PS) se vai retirar esta proposta para ser reformulada e posteriormente apresentada ou se mantem a proposta para esta Assembleia de Freguesia....... Deputado Carlos Taveira (PS) considera que o ideal é que a proposta fosse mantida com o compromisso

Sr. Presidente da Junta questiona a senhora Presidente de Mesa se pode intervir. Dada a autorização sugere que, se o Sr. Deputado tem essa informação, a faça chegar ao Executivo, através da Câmara, e assim

da alteração do artigo, tudo o resto vai-se manter: os pressupostos, a propriedade é da junta de freguesia.....





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova há uma entrega formal da chave e do património à Junta de Freguesia. Dessa forma, estando tudo formalmente tratado até à próxima Assembleia, trazemos uma proposta à Assembleia de Freguesia...... Deputado Carlos Taveira (PS) refere que o Sr. Presidente da Junta não pode propor, mas que estes enquanto proponentes vão retirar a proposta e posteriormente apresentarão a proposta devidamente formulada e com a fundamentação da informação que o Sr. Presidente refere e, se entretanto justificar-se, farão a proposta para uma Assembleia Extraordinária, apenas e só para tratar desta questão..... Sr. Presidente da Junta propõe que esta questão seja articulada com a Sra. Presidente da Mesa porque estas questões do património têm que vir a esta Assembleia e para assim saberem se de faeto está definitivamente resolvida esta questão, senão não avançamos..... Sra. Presidente de Mesa afirma que a proposta é então retirada e prossegue com os trabalhos para o ponto dois da Ordem de Trabalhos, Período da Ordem do Dia, mais precisamente no seu ponto dois ponto um referente à "Leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior". Registando-se a concordâneia da Assembleia para dispensa da leitura da ata, passou-se às inscrições para discussão da mesma...... Deputado Joaquim Cunha (MVPFV) refere na primeira página há uma confusão com os nomes da deputada em suspensão, Maria Martins, sendo que o seu pedido de suspensão aprece primeiro como Maria Martins e, mais à frente, é referida a sua substituição como Fernanda Martins. Na página cinco, refere a correção da atividade financeira por situação financeira em diversas intervenções e por fim, na página dez, refere uma troca de nomes do deputado Albino Castro, enunciado com Albino Cunha..... Deputada Bibiana Silva (CDU) como secretária refere que há um erro encontrado depois das atas enviadas, na página nove, o referido anexo oito (declaração de voto) consta em ata como anexo sete, um erro já corrigido. Refere ainda outro erro relativo à numeração das páginas..... Deputado Albino Castro (MVPFV) refere que também na página nove no rodapé há um erro, em vez de ata consta atra. Começa por referir a melhoria continua das atas e reforça o pedido de aquando do uso de siglas que as mesmas sejam primeiramente escritas por extenso logo na primeira oportunidade. Na página três, na sua intervenção, refere que relativamente à alteração da expressão de atividade financeira por situação financeira não é porque este pensa mas sim porque está na lei. Por último, na página onze quando refere os separadores no site da Junta de Freguesia refere que estava relacionado com as fotografias e com nada mais. Termina dizendo que as intervenções do senhor presidente são sempre muito bem conseguidas, muito bem sintetizadas, bem escritas e nas dos deputados considera que há algumas falhas; assim, sugere que a atenção seja igual para todas as intervenções..... Passando-se à votação da ata número cinco da Assembleia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, a mesma foi aprovada com zero votos contra, uma abstenção (deputada Paula Silva (PS)) e dezoito votos a favor......dezoito votos a favor.....





Sr. Presidente da Junta refere que falará de forma sucinta visto terem procurado na introdução do documento fazer uma apresentação escrita, política. No entanto refere algumas ideias centrais sobre o processo, sendo que ouviram todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia e também as forças políticas concorrentes às eleições e que não têm assento na Assembleia de Freguesia, nomeadamente o Bloco de Esquerda e refere ainda uma reunião com as forças vivas, as coletividades no sentido de os ouvir relativamente ao Orçamento de 2015. Refere que procuraram na elaboração ter em conta as propostas, sugestões das diferentes forças políticas e das forças vivas e naturalmente o programa eleitoral e os compromissos assumidos com a população, procurando sempre o equilíbrio e racionalização do orçamento. Considera percetível que relativamente à questão do pessoal, há uma abertura para integração de pessoal quer na área social quer do exterior. Refere que o orçamento comtempla também um conjunto de verbas para conservação de equipamentos, propriedade da junta de freguesia, o edificio da junta de freguesia de Fânzeres, o Cemitério de São Pedro da Cova, a Biblioteca de Fânzeres e no património a Zorra do Museu Mineiro. Refere que apesar de abrirem uma rubrica dão espaço para na revisão orçamental incluírem uma verba maior no sentido da aquisição de uma carrinha de nove lugares, já que a atual não dispõe das condições desejáveis. É um orçamento que contempla um conjunto de verbas que vai permitir continuar com amplas iniciativas e dinâmica designadamente na questão da cultura, de apoio às associações, de abrir novos caminhos no plano social. É um orçamento que inclui verbas que permitirão a execução das competências materiais da junta de freguesia, as que a Lei 75/2013 refere mas também as competências que resultam do Acordo de Execução e do Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal. Refere ainda que é um orçamento no plano das receita que não é empolado, procuraram que fosse o mais real possível tendo em conta as receitas do ano que agora finda e tendo em conta as perspetivas reais para o ano seguinte. Assim, se não está empolado no plano das receitas, nas despesas também não pode estar, considerando este orçamento equilibrado e que, tendo em conta o saldo com que terminam o ano 2014, a revisão de abril permitirá o reforço de um conjunto de rubricas para dar resposta a alguns dos objetivos que a introdução do documento refere. Refere ainda que relativamente à distribuição por rubricas têm condições para olhar para o ano de 2015 com confiança apesar das limitações de uma Junta de Freguesia.....

Sra. Presidente de Mesa abriu inscrições para a discussão do documento, inscrevendo-se.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) primeiramente manifesta a sua satisfação e apreço pelo faeto da junta de freguesia enviar os documentos muito para além do tempo que é legalmente previsto. Refere que este é o documento mais importante em discussão e que vai proceder à sua análise em três partes. Primeiro relacionado com os números gerais do orçamento, depois uma parte relativa às receitas e, por fim, as despesas. Assim, começa por referir que a parte mais forte do orçamento é o pessoal e os bens e serviços, cerca de 88%, 57% para pessoal e 31% para o resto. Assim, considera que a margem de manobra para a junta é reduzida visto serem valores obrigatórios sobrando pouco para tudo o resto. Salienta o aumento na receita de 1,5% de um ano para o outro, a qual provem de um aumento do fundo de financiamento das freguesias de cerca de 4 mil euros mas o aumento maior advém das taxas, receitas próprias da junta, um aumento de cerca de 10 mil euros. Atendendo este valor de aumento de 1,5%, nos tempos que correm e que a inflação prevista será à volta dos 0%, senão houver até deflação, é um resultado muito bom, a Junta pode





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova dar-se por muito satisfeita. Tendo em conta o panorama geral do país esta é uma situação positiva. Na introdução do documento cita que "é manifestamente insuficiente para as nossas pretensões e anseios da população", refere que lhe parece um lugar comum em que toda a gente diz que precisa de mais dinheiro. Ainda no documento umas páginas à frente, cita "que este orçamento é um orçamento real e equilibrado, mantendo um serviço eficiente e capaz de suprir as necessidades", assim considera que há alguma incongruência dentro do documento. Assim, questiona qual o valor que a junta de freguesia estima como necessário para gerir. Continua referindo o orçamento para publicidade, 4.3%, que está em linha de conta com aquilo que tem sido gasto nomeadamente até junho e dezembro do presente ano. Quanto à receita, refere algumas questões. Cita do documento "é expectável para 2015 uma receita em mercados e feiras no valor de doze mil e quinhentos euros", assim refere que em junho esta mesma receita cifrava-se em três mil e setecentos, em novembro vai em sete mil e setecentos, considerando que dificilmente chegará aos doze mil e meio, tal como está previsto. Continua referindo que não compreende a eliminação da rubrica relacionada com a certificação de documentos, porventura terá sido fundida com a rubrica que lhe precede relacionada com certidões e outros. Considera que faria sentido estarem separadas pois referem-se a coisas diferentes. Relativamente à concessão de terrenos de cemitérios refere ser uma questão a colocar ao senhor presidente visto isto dar origem à diferença dos nove mil euros que contribui para o aumento de 1,5% das receitas em que a estimativa passa de trinta mil em dois mil e catorze para os trinta e nove mil em dois mil e quinze. Desses trinta mil orçados em dois mil e eatorze em junho só tinham sido executados três e mil e novecentos euros e de junho até aquele momento sobe para trinta e três mil euros? Questiona esse facto. Na concessão de ossários também se manifesta isso pois no fundo em novembro ronda os três mil e oitocentos euros e aqui aumenta-se a dotação de seis mil para seis mil e quinhentos, assim refere não eompreender este aspeto. Em relação a averbamentos, transmissões jazigos e outros refere ser mantida a expectativa de três mil euros quando em junho só se verifica uma arrecadação de novecentos e cinquenta euros, assim considera não fazer sentido. A mesma situação se constata na construção de jazigos e capelas que baixa de dois mil para mil mas em novembro só tinham executados cento e cinquenta. Já na reparação é um pouco ao contrário, visto estarem programados, para dois mil e quinze, mil e quinhentos, no entanto, em novembro do presente ano esta verba já tinha sido excedida. Em relação ao DGAL a verba estimada é a mesma trinta e um mil e novecentos e em novembro do presente ano já vai em trinta e dois mil, pelo que não percebe. Refere também as inumações que baixou de quinze para catorze no entanto em novembro ronda os dez mil. No fundo, considera que há algumas explicações para estas divergências referidas. Relativamente à despesa refere as senhas de presença que continuam a ser referidas no orçamento com as siglas JFF e AFF e ambas terminaram a vinte e nove de setembro de dois mil e treze. Continua referindo os titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos locais, uma verba específica de vinte e dois mil e oitocentos e em novembro já rondava os vinte e cinco mil euros, assim não compreende a situação. Refere também na conta zero um zero dois zero três doze, uma conta para prémios de desempenho e outros, que só podem ser desagregadas em zero e zero dois, zero um para prémios de desempenho e zero dois para senhas. As senhas quer da Assembleia quer do Executivo estão na mesma rubrica, assim considera que seria importante na próxima revisão que fossem separados para se saber quanto é que a freguesia gasta com a assembleia e quanto gasta com o executivo, visto serem órgãos diferentes. Refere a conta zero um zero dois treze zero três, uma eonta nova de sete mil e quarenta euros, uma conta que não encontra respaldo jurídico para a sua existêneia, a lei refere que a mesma se desagrega em duas e não passa daí e aqui aparece uma três, assim diz não perceber isto. Continua referindo a classificação das contribuições para segurança social e sustenta a alteração na eonta dois mil e nove que diz que há três tipos de despesa, a ADSE, a comparticipação para a





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova caixa geral de aposentações e o regime geral. Mais à frente refere que os órgãos autárquieos já gastaram mil quatrocentos e vinte cinco euros em gasolina e orçamento só comtempla mil, assim como no material de escritório cuja verba já foi largamente ultrapassada e a água é exatamente o contrário, não percebendo assim a dotação de três mil euros. No órgão dois, a secretaria refere também o material de escritório até ao momento já gasto mais do que o averbado. Também aqui, relativamente à assistência técnica e trabalhos especializados, refere que o POCAL nos diz que a assistêneia técnica é a antiga conta dezanove, máquina impressora, entre outros, e a conta vinte, serviços especializados fora desses contratos. Como está tudo referido na conta vinte questiona se a junta cancelou esses contratos de assistência e manutenção, pois a existirem, deveriam estar classificados na conta dezanove. Na rubrica quatro, pessoal contratado a termo, um valor de três mil e trinta euros que diz não perceber, não sabe se já é a contar eom alguma contratação para o próximo ano. Nas ferramentas e utensílios diz não perceber a dotação de três mil e quinhentos euros quando este ano só se gastou trezentos e setenta e nove. Na água dos cemitérios diz também não perceber os valores apesar da considerável baixa que registam. Para terminar coloca uma questão mais técnica relacionada com a classificação da despesa com os contratos emprego inserção. Refere que tem visto que algumas juntas têm classificado esta despesa em transferências correntes, no entanto outras classificam-na eom despesas em pessoal. Assim gostaria de esclarecer junto do executivo qual justificação e o enquadramento legal desta medida.....

Deputado Augusto Barbosa (CDU) eumprimenta todos os presentes, refere o apoio sem reservas do grupo parlamentar da CDU. Tendo em eonta a asfixia decretada pelo governo às autarquias e especificamente às Juntas de Freguesia consideram que o pouco que há para distribuir está bem distribuído. Refere também alguns aspetos que fundamentam o apoio declarado, assim sustenta que orçamento está apoiado no programa eleitoral com que a CDU foi eleita na freguesia continuando portanto a cumprir as suas promessas. Apesar da exiguidade das receitas não esquece as funções sociais, numa altura em que as earências de uma boa parte dos fregueses se acentuam, continua a apoiar as associações culturais e desportivas, um aspeto relevante e sem dúvida devem ser apoiadas até ao limite pois substituem-se às Câmaras, aos Governos. O executivo sublinha o contributo dado por outras forças políticas aquando do eumprimento do estatuto de oposição bem como das forças vivas da freguesia que também ouviu e certamente enriqueceram o documento. O executivo da Junta sublinha ainda o aumento da transferência do fundo de financiamento das freguesias o que realmente é manifestamente insuficiente para a quantidade de coisas que são hoje responsabilidade das Juntas de Freguesia. Considera que deve ser este o paradigma deste governo, fazer mais eom menos dinheiro, os outros que façam eles ficam eom o dinheiro e o proveito. Assim, eonsidera que é bom que ninguém se atire contra um executivo da junta por minudências quando na generalidade nós devemos ir todos contra o governo e eom quem nos está a roubar implacavelmente. Sendo certo que poderiam haver outras opções certamente respeitáveis, sublinham a distribuição em percentagem entre as diversas verbas, a saber administração autárquica vinte e seis e meio por cento, serviços administrativos quinze virgula nove, educação cultura desporto e ação social vinte e um virgula seis, higiene e limpeza vinte e quatro virgula oito e cemitério um valor residual. Portando, depois do referido, sendo certo que podemos e devemos ser informados e esclareeidos, faz um apelo para o que nos une seja muito mais do que aquilo que nos divide e que temos um inimigo comum, os eleitos desta freguesia contra o governo.....

Deputado José Alves (PSD) eumprimentou todos os presentes, esperando que tenham tido um bom natal e desejando umas boas entradas no próximo ano. Relativamente ao orçamento de dois mil e quinze refere algumas comparações ao do ano anterior. No que diz respeito à receita verifica-se um aumento de cerca de





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

dez mil euros nas taxas, multas e outras e uma diminuição de três mil e trezentos para oitocentos euros no capítulo oito, isto é relativamente aos valores apresentados no orçamento anterior. Relativamente a algumas rubricas mais específicas, concessão de terrenos de cemitérios refere o aumento justificado, questiona qual a situação da ocupação dos cemitérios nos jazigos de concessão. No que diz respeito aos membros de seção de voto tinha sido orçamentado treze mil euros mas no mapa de controlo orçamental temos uma despesa de cerca de dezanove mil euros e uma vez que vão decorrer eleições para o ano, gostariam de saber qual o valor efetivamente gasto em cada eleição que existe. No orçamento da despesa, verificou-se um aumento da mesma na administração autárquica, nos serviços administrativos, educação cultura desporto e ação social e alguma contenção na despesa no capítulo quatro relativo à higiene e limpeza, assim como cemitérios, tendo uma vez mais em consideração o orçamento de dois mil e catorze. Coloca uma questão relativa à ANAFRE

que também está orçamentada, gostava de saber em que situação está, se só se refere a São Pedro da Cova ou se já é da União das Freguesias. No geral e em suma, comparando os dois orçamentos verifica-se um pouco mais do mesmo, alguns acertos, alguns ajustes, algumas falhas também. Relativamente à viatura porque não assumir já a verba no entanto refere a resposta do senhor presidente que é para quando se fizer a revisão orçamental. No fundo, é um documento tal como disse no ano passado, que se limita à mera gestão do dia-a-dia, que é pouco ambicioso e portanto, não vai ao encontro das necessidades das pessoas e

essencialmente dos mais necessitados. Assim, antevê-se que é um orçamento com o objetivo principal de engordar os porquinhos que existe no BCP, no BPI e na Caixa Geral de Depósitos e as questões sociais são relevadas para segundo plano.

Deputado Vítor Almeida (PS) cumprimentou todos os presentes. A posição do Partido Socialista relativamente a este documento pode ser dividida em duas partes, uma mais política dizendo que este de facto não seria o seu orçamento, é o orçamento do executivo e assim eomo o PSD disse, de faeto, no seu entender, Fânzeres e São Pedro da Cova mereciam um orçamento mais ambicioso, com mais investimento, algo mais que servisse melhor quer os fanzerenses quer os sampedrenses e que fosse ao encontro dos anseios e necessidades da população. Também é certo que o executivo foi eleito está eá para gerir e guia a junta da freguesia e nós estamos cá para ajudar e contribuir podendo o executivo aceitar ou não as sugestões. No entanto, querem deixar claro que este não seria o orçamento dos mesmos, no entanto não estão em posição de votar contra o orçamento porque entendem que o executivo é liderado pela CDU e no final cá estaremos para avaliar e em última instância a população. Numa segunda vertente, há alguns aspetos que gostariam de colocar apesar do deputado Albino Castro (MVPFV) já ter tocado em quase todos eles, esvaziando a intervenção dos outros. Uma relaciona-se com o saldo de gerência que vai sobrar este ano, o que é, no seu entender, um contrassenso com a pequena introdução feita no documento, já que refere que é necessário fazer uma reparação urgente de bens e equipamentos, móveis e imóveis, assim se sobra dinheiro é uma questão de gestão. Consideram positivo que incluam uma verba para estudo da redução dos custos energéticos e hídrieos mas questiona qual a verba. Mais algumas questões, o aumento de receita nos cemitérios, outros suplementos e prémios e ainda outra questão de indeminização por cessação de funções, um valor residual para abrir a rubrica questiona se estão a prever dispensar alguém. Relativamente à contratação de pessoas questiona para quando têm isso pensado, gostariam de pereeber melhor esta opção. Outra questão, prende-se com a assistência técnica especializada, pelo que gostariam assim de perceber em que é gasta a verba. No que diz respeito a obras já se fez referência a algumas necessidades de intervenção mas gostariam de saber especificamente o que é preciso fazer, quais as intervenções e como é que pensam resolver o problema da falta de espaço dos cemitérios. E por fim, questiona porquê que no presente ano não





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova se realizou o premio de literatura infantojuvenil, que decorria em Fânzeres e porquê que para o próximo ano se vai realizar algo semelhante, questiona se é só uma alteração de nome ou se há alteração de contexto......

Deputada Fernanda Vieira (MVPFV) cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao Mapa de Pessoal anexo ao orçamento, na revisão orgânica, questiona se a funcionária da Junta de Freguesia de Fânzeres, Berta Santos, já não presta apoio administrativo, pois nas suas funções não está isso referido e verificou que noutra funcionária da Junta de São Pedro da Cova, Maria Cristina Pinho, o apoio administrativo é referido nas suas funções. Considera que sendo esse um erro pode trazer complicações mais tarde à funcionária, sobretudo porque essa funcionária, ainda tem mais a seu cargo a manutenção da casa mortuária. No Plano de Atividades, também anexo ao orçamento, refere o restauro e conservação da Zorra, dotado de cinco mil euros. A deputada considera pouco o valor e questiona como é que deixaram que a Zorra chegasse a esta situação, um ex-libris de São Pedro da Cova. Considera que mais importante que proceder ao seu arranjo é criar condições para que a mesma esteja mais resguardada e não acabe por desapareeer, dada a sua degradação.

Sra. Presidente de Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta para resposta às questões colocadas pelos deputados.....

Sr. Presidente da Junta começa por referir que sim é verdade que há uma evolução no plano das receitas relativamente ao Fundo de Financiamento de Freguesias; no entanto, é importante também referir que a Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente nas transferências para as autarquias há muitos anos que não é cumprida, e a evolução nas transferências de verbas há muitos anos que não é cumprida e assim se fizermos uma comparação nos últimos anos o que se verifica é uma constante redução, quer comparando no quadro da agregação quer na separação das duas juntas. É importante também referir que no ano passado a transferência foi essencialmente a mesma mas as freguesias ganharam muito mais competências quer materiais delegadas centralmente e que de acrescento apenas passaram a receber um por cento do IMI urbano. Assim, considera relevante ter estes dados também presentes. Este valor resulta também do novo cálculo feito em razão da população e da área geográfica, na sequência dos Censos 2011. Relativamente a alguma eontradição que possa haver relativamente ao saldo de gerência da Junta de Freguesia, a afirmação de que as verbas deste orçamento são insuficientes para as pretensões do executivo e o facto de com este orçamento tentar suprir algumas das necessidades das populações, considera o Sr. Presidente que não há nisto qualquer contradição visto que, para as pretensões e objetivos que têm, as verbas são insuficientes, e que com mais poderiam fazer melhor e colocar ao serviço das populações outros projetos e isso não invalida de dizer que com o que têm, racionalizando e equilibrando, procuram fazer uma gestão criteriosa. Refere também que o Orçamento de uma Junta de Freguesia, pelas limitações que tem, pelo conjunto de investimentos que pretendem fazer, leva a que a gestão que se faz permita que no próximo ano, na revisão orçamental, se possa comprar uma earrinha de nove lugares a pronto e que não faça contratos de leasing ou outra solução que seja menos rentável para a autarquia, e isto resulta da gestão não a pensar no imediato mas numa gestão pensada a quatro anos, daí também existir os Planos Plurianuais de investimento, de atividades. Relativamente a um conjunto de receitas referidas, o que fica demonstrado é que procuraram olhar para as receitas do ano que termina, mesmo algumas delas não estando fechadas, e que o orçamento perspetivado para 2015 possa coincidir na execução quer ao nível das despesas quer ao nível das receitas. Consideram que algumas questões foram longe de mais ou então ficaram aquém, assim perspetivaram 2015, com a correção de algum desvio de alguns aspetos das despesas e receitas. No que concerne a questões técnicas,





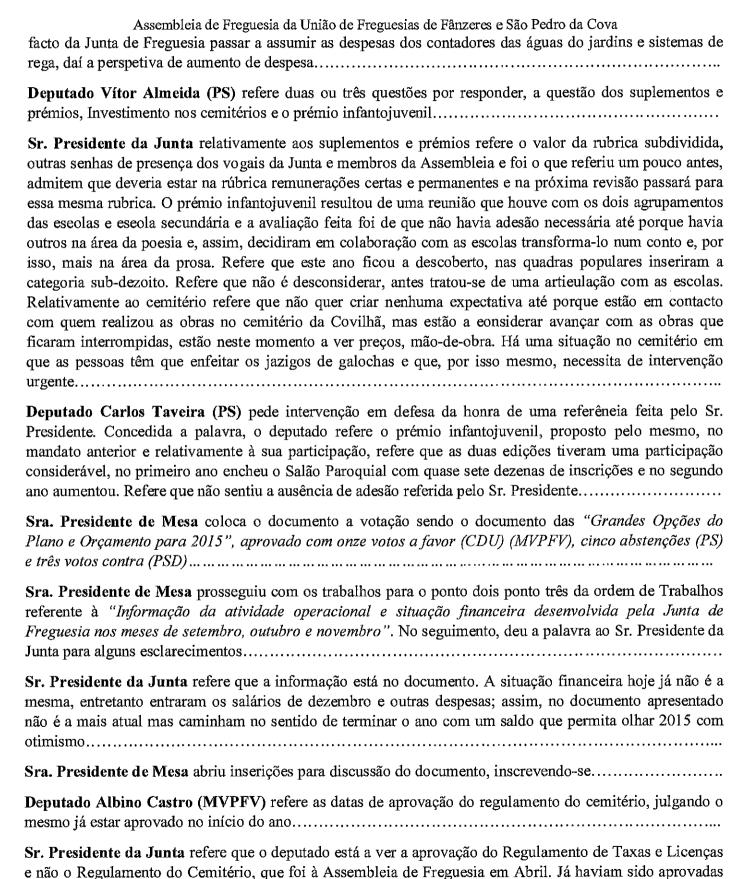
Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova classificação orgâniea das rúbricas presentes, refere que não vai discutir eom o Deputado Albino Castro (MVPFV) pois este conhece bem a lei, refere que considera que há aspetos que podem sempre ser melhorados, não há coisas imutáveis mesmo para as Câmaras Municipais que têm técnicos a tratar dos Orcamentos e há sempre dúvidas nas classificações orgânicas. Sobre a questão colocada pelo mesmo deputado, relacionada com a compensação dos encargos, refere que quando criaram a rubrica que não existia no orçamento anterior foi no sentido de clarificar entre as compensações ao secretário e tesoureiro e as senhas de presença dos membros do Executivo e dos membros da Assembleia de Freguesia. No entanto, reconhece que talvez da forma apresentada, em vez de esclarecer, eomplicou e talvez seja mais correta a sua colocação na unidade anterior, podendo isso ser alterado na revisão seguinte. Relativamente ao cemitério, verbas previstas, ocupação e perspetivas de intervenção. Refere que a distribuição das receitas na concessão de sepulturas ao longo do ano relaciona-se com o faeto da aprovação do regulamento só ter acontecido já com o ano a decorrer e só a partir daí houve movimentos, além disso reforça que a concessão de sepulturas tem decorrido num processo de contaeto com familiares dos sepultados no sentido da desocupação ou a aquisição, assim é um processo que vai correndo, é contínuo. O que é apresentado é apenas uma perspetiva para o próximo ano. A situação de ocupação está apertada nos vários cemitérios, há inclusive eontactos com proprietários e Câmara Municipal na perspetiva de alargamento. Nas intervenções, é de referir o problema grave aqui em São Pedro da Cova que é necessário resolver. Outras questões colocadas, a assistência técnica especializada relaciona-se com a assistência a maquinaria especializada, no trator, na retroescavadora, nas fotocopiadoras. A questão da ANAFRE, refere que a quota está de acordo com a União das Freguesias, e é a percentagem do que se recebe do Fundo de Financiamento de Freguesias. Dos membros de secções de voto, está relacionado com o facto de no ano passado ter sido efetuado o pagamento das eleições de 2013 e também do ato eleitoral do respetivo ano, acumulando o pagamento dos dois atos eleitorais, refere também a diminuição do que é pago aos membros das mesas de voto.....

Deputado José Alves (PSD) questiona então se a receita já havia entrado no ano de 2013. Refere que no Mapa da Despesa Orçamental tem uma receita de sete mil setecentos e cinquenta euros e na despesa tem um valor de dezanove mil e qualquer coisa. Questiona assim se o valor entrou em dois mil e catorze ou em dois mil e treze e qual é o valor exato de cada uma das eleições.

Sr. Presidente da Junta continua a sua intervenção referindo que houve eleições em Outubro de 2013 e eleições em Maio de 2014, assim do ponto de vista de despesa reflete esses dois atos eleitorais porque receberam do governo no final de 2013, vinte e nove ou trinta de dezembro mas o processamento só foi efetuado em 2014. Refere ainda outras questões, a indeminização por cessação de funções está relacionado eom o facto de uma funcionária terminar o contrato este ano e não ser possível renovar mais, daí ser necessário ter a rubrica aberta. Sobre o mapa de pessoal é um erro provavelmente, mas no documento em que faz a simplificação já faz a referência às funções da funcionária. Da Zorra refere que concorda com a observação feita, sendo que no mandato de 2001 a 2005 a Junta de Freguesia fez uma intervenção na Zorra, considerando que talvez não a melhor e não houve cuidado na sua proteção, o que é essencial. Há um trabalho iniciado com o Museu do Carro Elétrico para o restauro, mas eles impuseram a condição de só colaborarem se houver a garantia de uma proteção. Há também contacto com a Câmara Municipal no sentido de alargar aquele espaço nomeadamente nas traseiras e dessa forma tentar encontrar outra solução, até ao momento sem resposta. O intuito é avançar com as obras e colaborar com as iniciativas da Liga dos Amigos do Museu Mineiro que tem desenvolvido algumas iniciativas para angariar fundos e envolver a população nesse processo de restauração da Zorra. Sobre a questão da água o aumento relaciona-se como











Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova as taxas. No entanto, não haviam sido aprovados os procedimentos e foi assumido pelo Executivo que só avançariam com movimentos após aprovação do Regulamento do Cemitério que aconteceu em Abril.......

Deputado Albino Castro (MVPFV) continua a sua intervenção referindo outra questões, relacionada com a inserção das percentagens das verbas nas diversas classificações orgânicas: administração, cemitério, obras, cultura. Refere a atenção necessária na análise das percentagens visto que há verbas distribuídas por todas as áreas e estão só numa, dando o exemplo da Segurança Social e dos Seguros, assim fazendo a extrapolação a essa análise não lhe parece correto. Relativamente às competências novas e ao aumento de quatro mil euros no orçamento, refere não lhe parecer correto referir que esse valor é para as novas competências o valor aí dedicado é um por eento do IMI.

Deputado David Tavares (CDU) refere que a bancada da CDU procedeu à análise do Relatório Financeiro e do Relatório de Atividades, na sua generalidade consideram bem elaborado. Realça os trabalhos de recuperação de cerca de trinta pavimentos e pede o não esquecimento dos arruamentos, nomeadamente da Rua das Bocas em São Pedro da Cova e da Rua Cimo da Costa em Fânzeres, que precisam de intervenção urgente. Questiona o Sr. Presidente em que consiste o trabalho de limpeza dos arruamentos, na página nove, visto a Câmara Municipal de Gondomar ter adjudicado o serviço de recolha de lixo e limpeza das ruas à Rede Ambiente mas neste relatório verifica-se que a Junta de Freguesia executou uma série de limpezas a arruamentos. Congratulam o Executivo pelo elevado número de iniciativas realizadas durante aquele ano e salientam a dinamização da Biblioteca de Fânzeres com a realização de um eonjunto de atividades, assim como o Museu Mineiro. Relativamente ao Relatório Financeiro realça a execução orçamental nas receitas na ordem dos oitenta e seis por cento e uma exeeução orçamental na despesa na ordem dos oitenta e nove por cento e por isso congratulam a gestão financeira do executivo com valores muito elevados de execução orçamental tendo em conta que se trata de uma análise anual do orçamento efetuado pela primeira vez para uma União das Freguesias.....

Deputado José Alves (PSD) refere as previsões que o mesmo eonsidera não terem sido muito assertivas no que diz respeito aos valores de execução......

Deputada Fernanda Vieira (MVPFV) refere-se à página dez do relatório de atividades, o apoio às coletividades, e refere que continua muito apreensiva relativamente à disparidade entre as duas freguesias. Em termos financeiros em São Pedro da Cova naqueles três meses, há valores de três mil e quinhentos euros, estando neste valor ineluído o subsídio de mil e quinhentos euros à Associação de Silveirinhos e para Fânzeres seiscentos euros. Considera-se apreensiva questionando se em Fânzeres não há iniciativas, as coletividades não têm mostrado trabalho, refere que acha que sim no entanto considera que as coletividades





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova em Fânzeres não devem estar tão sensibilizadas para o facto de poderem pedir apoio à junta de freguesia, refere ter conhecimento de coletividade que realizam atividades e não tiveram apoio financeiro talvez porque não pediram. Assim questiona se as coletividades saberão que podem pedir apoios à Junta de Freguesia, além de outros apoios que em São Pedro são muito maiores como apoios logísticos. Refere a disparidade que tem verificado já de há um ano a esta parte. Questiona o porquê do subsídio de mil e quinhentos euros dado ao Centro Social de Silveirinhos ter sido dado naquela altura, se é porque as valências entraram agora em funcionamento, se é algum subsídio atrasado ou antecipado. Refere a clarificação dos gastos eom a Festa da Vila de Fânzeres acrescentando que nada tem a apontar quanto aos gastos, são o que são. Refere ainda o transporte diário de alimentação do Centro Social da Foz do Sousa para o Centro Republicano e Democrático de Fânzeres para distribuir pelas famílias mais carenciadas. Questiona qual o número de famílias a receberem apoio alimentar. Por fim, refere ainda na mesma página apoio à paróquia de São Pedro da Cova para obras na Cripta, questiona qual foi o apoio, se financeiro se logístico e mais, se as obras já foram executadas, se já se pode saber o valor que a União de Freguesias teve com estas obras. Congratula pelo relatório financeiro, referindo que a tesouraria está de boa saúde......

Sr. Presidente da Junta intervém para resposta a questões colocadas, referindo-se à escola de Montezelo, que está a ser intervencionada pela Câmara, mas o Jardim de Infância continua a funcionar, apesar do primeiro ciclo não funcionar, pelo que têm feito pequenas intervenções no JI; no entanto, ainda quando se perspetivava se a escola ia ou não funcionar, a Junta interveio também em algumas coisas no sistema elétrieo até ao ponto em que eomunicaram à Câmara que não iam continuar a intervir visto que todas as lâmpadas que mudavam tinham uma duração reduzida tal era a quantidade de água. Relativamente à Rua Almeida das Regadas refere que é uma impreeisão, o que o relatório refere é um canteiro que existe ao terminar a Rua de Montezelo onde tem uma palmeira. Sobre a Rua da Igreja refere que neste relatório nada aparece no entanto tem aparecido em outros relatórios as intervenções neste arruamento, refere ainda que relativamente ao problema, os sucessivos remendos já não resolvem, pelo que sugeriram à Câmara esta entre outras ruas para fresar e colocar tapete em alguns troços.' Relativamente à Paróquia de São Pedro da Cova, assumiram um apoio global de 10% do total das obras, cerca de 7 mil euros em 3 ou 4 tranches, como também já se disponibilizaram junto da Paróquia de Fânzeres para a mesma situação. Tanto a cripta como o salão paroquial não servem apenas as paróquias mas também as associações das freguesias para promover atividades, daí a sua importância. No que concerne ao Centro Social de Silveirinhos, refere se tratar de um conjunto de intervenções que necessitavam dentro do espaço da associação, uma vez que entrou a funcionar este ano, aquisição de equipamento para iniciar funções. Dada relevância das valências para a freguesia consideraram justificar-se a verba, assim como consideraram uma verba semelhante para 2015 caso haja alguma instituição que avance neste sentido. Relativamente ao transporte diário, considera pesado visto terem que se deslocar todos os dias à Foz do Sousa, fruto do protocolo entre a Câmara, o Centro Social de Foz do Sousa, o Centro Republicano e Democrático de Fânzeres e a Junta; a Junta ficou com a tarefa do transporte. Refere que não consegue precisar o número de refeições pois os processos de seriação das famílias não passam pela Junta, não conhecem as pessoas, é um processo exclusivo da Segurança Social, mas a última informação que dispomos indica um número à volta de quinze a vinte pessoas a serem ajudadas. Sobre o apoio a coletividades e festas, refere que o valor gasto com as Festas de Fânzeres é bastante superior ao apoio às Festas de São Pedro, considera que isso não é um problema, o trabalho que têm feito baseia-se em olhar para as atividades de cada uma das freguesias de forma singular, vendo as suas características e procurar manter as tradições e características específicas de cada uma das freguesias, isso





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova constava do programa eleitoral. Mais do que comparar procura-se conservar as distintas tradições, procurando fazer a gestão financeira adequada. No que diz respeito às coletividades, refere que já tiveram mais do que uma reunião com as coletividades de Fânzeres onde por exemplo transmitiram a decisão de apoiar consoante as atividades realizadas e até aquele dia não havia qualquer pedido que tenha chegado à Junta que não tenha sido comtemplado. Refere ainda que não contabilizam os apoios que dão nas diferentes freguesias, para questões iguais dão apoios iguais, dá o exemplo da Associação Desportiva de São Pedro da Cova e dos Estrelas de Fânzeres, e para questões distintas dão apoios também diferenciados. Admite que em Fânzeres a dinâmica dos apoios às associações ainda não esteja a funcionar em pleno como em São Pedro da Cova que tinham já a experiência anterior do método, da solicitação. Faz ainda o apelo de que cada um de nós vá informando as associações para que peçam o apoio à Junta de Freguesia.

Deputado Carlos Taveira (PS) após pedir intervenção e lhe ser concedida questiona o Sr. Presidente da Junta se houve ou não algum pedido do Grupo Coral de Fânzeres para a Patinagem Artística, no que diz respeito ao transporte.....

Sr. Presidente refere que há situações que não têm apoiado, por exemplo alimentação e transporte visto a Câmara Municipal dispor de uma camioneta para estas situações mas refere que não chegou à Junta qualquer pedido relativamente ao que o senhor deputado refere. Naquele ano já concederam um apoio ao Grupo Coral de Fânzeres para obras realizadas, além da limpeza semanal que passou a ser assumida pela Junta de Freguesia.

No seguimento da Ordem de trabalhos, avançou-se para o ponto referente aos 'Assuntos de Interesse Local'.

Para intervir inscreveram-se.....

Deputado Albino Castro (MVPFV) visto ser a sua última intervenção aproveita para desejar uma exeelente entrada no ano seguinte e um bom ano a todos. Questiona os serviços mínimos nos dias de greve dos transportes para S. Pedro da Cova. Refere que se nota que o nível de serviços mínimos é muito inferior ao que é dedicado para Gondomar, com a agravante de que para São pedro da Cova não há qualquer alternativa o que não é o caso de Gondomar que além das carreiras da Gondomarense provenientes de Valbom tem também a carreira 27 que não para nos dias de greve. Considera que dada a fricção entre a STCP e a Gondomarense, esta última privilegia o canal de Gondomar, considera que não se compreende eomo é que uma população eom menos alternativas tem menos frequência nos serviços mínimos do que um local em que as alternativas são diversas. Alerta para a necessidade de verificação desta situação para um melhor serviço à população. Por fim, refere uma atividade realizada pela Junta relativa às brigadas SAAL de São Pedro da Cova eonsidera muito importante visto se tratar de património imaterial da freguesia. Acrescenta que em Fânzeres também existiram nos primórdios de 1975, apesar de todas as complicações envolvidas refere como relevante para ser preservado como património imaterial, assim faz sugestão da Junta trabalhar no sentido de uma atividade semelhante à de São Pedro da Cova deste período conturbado....

Deputada Joana Silva (CDU) deseja um bom ano a todos e eomeça a sua intervenção referindo que três meses se passaram e o problema nas escolas nesta União de Freguesias continuam nomeadamente na Escola EB de Montezelo. Refere que independentemente das responsabilidades do empreiteiro há responsabilidade política, existem promessas e eompromissos não cumpridos, a Câmara Municipal não acautelou possíveis imprevistos e tem tido no entendimento desta bancada uma postura de desresponsabilização, até pelo referendo efetuado, consideram que mais uma vez demonstram a incapaeidade em encontrar uma solução





Deputado Nuno Rocha (PSD) refere uma Assembleia anterior onde foi levantada a questão relativa aos horários da linha 69 em Fânzeres ao fim de semana, com periodicidade de 45 em 45 minutos e em muitos casos uma camioneta falhava dobrando o tempo de espera. Sugere ser tomada alguma medida e obter informação do porquê desta situação para melhorar o serviço numa zona da freguesia particularmente frágil em transportes.

Deputado José Alves (PSD) refere a intervenção do deputado anterior que caso se confirme que naquele espaço da GNR realmente há óleo a ser derramado, é um crime público. Relativamente a arruamentos e iluminação refere a Rua Almeida das Regadas, Rua do Outeiro com falta de iluminação, a rotunda da Felga que continua com a sinalização errada e por isso, um perigo. Questiona quais os arruamentos comtemplados pela Câmara Municipal, falou-se a Rua da Felga, Rua de Cabanas, Rua Cimo da Costa que não tem águas pluviais entre outras. Refere ainda o arranjo urbanístico do Largo da Igreja, apela a que o Sr. Presidente use do seu poder de reivindicação para resolver a situação.

Sr. Presidente da Junta sobre as várias questões eolocadas, a questão dos STCP referida pelo deputado Albino Castro (MVPFV) o Sr. Presidente refere desconhecer a situação e pede para que o deputado lhe envie a informação de forma a averiguar. Sobre as Brigadas SAAL refere não conhecer a intervenção das mesmas em Fânzeres. Sobre a escola de Montezelo refere que vão insistir com a Câmara, consideram que o processo não tem sido bem conduzido e que não é relevante dizer apenas que a culpa é do empreiteiro. Considera que o ano escolar para aquelas crianças está completamente afetado e as responsabilidades devem ser apuradas, com o problema por resolver. Sobre terreno utilizado pela GNR, esse é um dos aspetos a resolver com a Câmara Municipal sobre o património. Sobre os arruamentos e iluminações refere que as intervenções não têm caído em saco roto e algumas delas têm sido resolvidas. A rotunda da Felga apesar de parecer que está terminado consideram que não foi bem resolvido e já fizeram ehegar essa preocupação. Relativamente às outras questões vão a sugerir à Câmara a respetiva intervenção. No Largo da Igreja a questão não está esqueeida, foi indicada como prioritária no conjunto de sugestões à Câmara Municipal para 2015; refere





Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova saber já terem sido tomadas algumas diligências apesar de desconhecer o ponto da situação no momento.
Noutros arruamentos colocaram alguns como prioritários como seja a Rua de Cabanas, a Rua Cimo da Costa
e Rua Nova das Regadas, as duas primeiras foram comtempladas e com dotação no Orçamento Municipal
para ser resolvidas no ano seguinte. Por fim, relativamente à questão da Linha 69 refere a existência de duas
reuniões com a Gondomarense, uma delas com representantes do movimento que fez chegar um abaixo-
assinado e afirmou que a Gondomarense não mostrou qualquer recetividade para a resolução do problema;
no entanto, propuseram algumas soluções que estes ficaram de considerar relativamente ao reforço da
mobilidade no interior da freguesia, a mais fragilizada. No que se refere a limpeza dos arruamentos refere
que o que aparece em execução é a limpeza dos logradouros nas ruas e nos bairros sociais que ainda ficaram
na responsabilidade da Junta de Freguesia
Deputado Nuno Rocha (PSD) refere o terreno anteriormente referido a ser usado pela GNR de Fânzeres e
no entendimento do mesmo estava a ser incluído pelo Sr. Presidente nas negociações com a Câmara
Municipal. O Sr. Deputado refere que o terreno não tem que ser incluído em negoeiações porque o mesmo é
da Junta da União das Freguesias. Assim questiona o porquê de o incluir nessa negociação com a Câmara
Sr. Presidente da Junta responde referindo que a Câmara é que tem que encontrar uma solução para a
GNR e daí estar inserido nessa negociação; se assim não for, terá a GNR que pagar para usufruir do espaço?
A Câmara dispõe de outros espaços como sejam escolas, entre outros, para a GNR, além daquele espaço não
ter condições. Fala-se muito na Escola da Bela Vista como um bom local para a GNR mas o presidente
refere outro espaço abandonado desde 2009, as antigas instalações das Finanças. Refere que é necessário negociar e conversar com a Câmara sobre um conjunto de espaços nas duas freguesias
negociar e conversar com a Camara sobre um conjunto de espaços nas duas neguestas
Sra. Presidente de Mesa propôs à Assembleia um voto de confiança à Mesa para elaboração e aprovação
da minuta desta sessão. Posto à consideração, o voto de confiança foi aprovado por unanimidade
Assim, a Sra. Presidente de Mesa seguiu com os trabalhos, passando para o ponto C, "Depois da Ordem do
Dia", abrindo inscrições para o público. Não se registando qualquer intervenção a Sra. Presidente de Mesa
deu por encerrada a Assembleia às 00.55 horas do dia trinta de dezembro de dois mil e catorze
ded poi effectiada a Assembleia as 00.55 fictas do dia antia de dessinas de des
Para que conste se lavrou a presente ata que eu, Cecília Bibiana Martins Silva, na qualidade de 1ª secretária
da Mesa, elaborei
Aprovada em 30 de Abril de 2015.
PRESIDENTE DE MESA VOILLA COMPTARTE DE PE
PRIMEIRA SECRETÁRIA Coile Bisique Facture Suc
SEGUNDO SECRETÁRIO

N. S.

Muxu 1

Exmo. Sr.ª:
Presidente da Assembleia da União das
Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova
Leonor Ferreira

Assunto: Pedido de substituição

Eu, Roma De la Principa Proposada da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, ao abrigo do art. 12 nº 1 do Regimento desta Assembleia, venho por este meio comunicar a vossa excelência que não posso estar presente na Sessão Oranio deste Órgão, a realizar no dia 29/12/11/4 pelo que solicito a minha substituição pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual fui proposto(art. 13, nº1 do Regimento), ou na impossibilidade pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de preferência da lista apresentada pela coligação(art. 13, nº 2 do Regimento).

Com os melhores cumprimentos.

Fânzeres e S. Pedro da Cova, 26 de Tracubro de 2014.

O Membro da Assembleia de Freguesia

Mals

Gmail

	ESCREVER	
-	19 (CO)	De: linda rosa rodngues [mailto:lindaleo.3@hotmail.com]
	Com astal	Enviaus seguinariens, 29 de Dezembro de 2014 1/:48
	Con estrela	Fara: leonor-belonofizonte; Maria Ferreira
	Importante	Assunto; Justificação de falta
	Rascunhos (22)	Ao cuidado da Presidente da Assembleia de Freguesia
	Círculos	
	c_bibiana_silva@hot	Por motivo de doença, estou impossibilitada de comparecer à Assembleia de Freguesia que se irá realizar hoje, c
	Junk	29/12/2014, pelas 21h30.
7	MSN_Mail	Assim, agradecia que aceitasse este email como justificativa da minha ausência e procedesse à suspensão pelo c
·	Mais	Assembleia e à convocatória do elemento seguinte da lista.
$\langle \gamma \rangle$		À posteriori farei chegar o documento original.
χø		
VU	Opsi Você não está 🖾	Muito obrigada
V	Invisível, porque está	
	acessando o Google	Com os meus melhores cumprimentos, subscrevo-me
	l alk por outro cliente,	
	dispositivo ou local que	Deputada Linda Rosa
	de invisibilidade.	
	Pesquisar pessoas	
	Cristiano Silva	
	ambiente	Olivius anni nara Desanader nu Enraminhar
	Ana Isabel Curado	.u., rw . %
	antoferr73	
	hnmaiesus	
		2.93 GB (19%) de 15 GB usados ©2015 Goode - Termos de Servico - Privacidade

https://mail.google.com/mail/v/0/#inbox/14aa02/84cd34ee2

Arvaci 23

EXCELENTÍSSIMA SENHORA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES

/ SÃO PEDRO DA COVA

CARLOS MANUEL PEREIRA SANTOS

CASTRO, membro eleito na Assembleia que V/Ex.ª preside, requer a sua substituição com início no dia 22/12/2014 e o seu términos até 12/01/2015, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitado de ser presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos

termos legais, apresento os m/s melhores cumprimentos.

labs State

(Carlos Manuel Pereira Santos Castro)

UF Fânzeres São Pedro da Cova

De:

f i

Carlos Castro [carlossantoscastro-3134p@adv.oa.pt]

Enviado:

terça-feira, 16 de Dezembro de 2014 10:42

Para:

UF Fânzeres São Pedro da Cova

Cc:

josericardoalves1@sapo.pt; Sofia M; daniela_real_20@hotmail.com

Assunto:

Re: CONVOCATORIA

Anexos:

Carlos Castro - 16-12-2014.pdf

Importância:

Alta

Bom dia,

Acuso a recepção da V/ comunicação cujo conteúdo tomei a devida nota, remetendo para o efeito o requerimento em anexo.

Cumprimentos,

Carlos Santos Castro

---- Original Message -----

From: "UF Fânzeres São Pedro da Cova" < geral@fanzeres-saopedrodacova.pt>

To: <afilipescorreia@gmail.com>; <sousaquintana@gmail.com>;

<carlostaveira1978@hotmail.com>; <carlossantoscastro-3134p@adv.oa.pt>;

<c.bibiana.m.s@gmail.com>; <daniela real 20@hotmail.com>; <joana silva dg@hotmail.com>;

<jcunha@chvng.min-saude.pt>; <quimgoncalves1953@hotmail.com>; <lindaleo.3@hotmail.com>;

<albinocastro@gmail.com>; <marifer143@hotmail.com>; <fernandavieira1@sapo.pt>;

<leonorferreira2410@hotmail.com>; <nelson.vidal87@gmail.com>; <sdpmmar@gmail.com>;

<vdfalmeida@gmail.com>

Cc: <danielvieiraspcova@gmail.com>

Sent: Monday, December 15, 2014 S:28 PM

Subject: CONVOCATORIA

Exmo(a). Senhor(a)

Deputado(a) da Assembleia da União das freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova

Conforme solicitado pela senhora Presidente da Assembleia de Freguesia , anexo ficheiro com a convocatória para a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia a realizar no dia 29 de dezembro, pelas 21H30 no auditório da Junta de Freguesia em São Pedro da Cova.

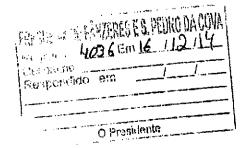
Com os melhores cumprimentos

Rui Campos

Técnico Superior da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. P. Cova

Telef: 224 853 482

rui.campos@fanzeres-saopedrodacova.pt



Cas).



Amexo 4

Partido Socialista Fânzeres e São Pedro da Cova

PROPOSTA

O grupo parlamentar do Partido Socialista com assento nesta assembleia entende que as instituições privadas de solidariedade social desempenham um papel fulcral na coesão social dos territórios.

De fato, elas complementam o papel do Estado nas suas funções sociais, nomeadamente quando este falha na implementação das suas atividades nas comunidades. A sua relevância assume ainda mais importância nos territórios que compõem esta união de freguesias. O papel de instituições como a Associação Nuno Silveira, Associação Social Estrelas de Silveirinhos ou a Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante ,entre outras, são fundamentais no apoio ás populações e na coesão social e territorial das comunidades que servem.

Dessa forma, assente nos princípios acima enunciados e nos seguintes pressupostos, a saber:

- A Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, doravante designada Vai Avante, oferece desde á cerca de duas décadas várias valências de apoio social nas instalações da antiga escola 1º Ciclo de Tardariz, localizada em São Pedro da Cova. Inicialmente a ocupação dava-se no encerramento do ano lectivo e nas pausas escolares, sendo que essa mesma ocupação passou a ser total após o encerramento da referida escola. Saliente-se que esta ocupação do espaço foi autorizada pelos proprietários.
- A ocupação das instalações nunca foi formalizada por via de contrato de comodato ou arrendamento. Tal situação eonfigura uma irregularidade, pois à ocupação de facto não corresponde uma de jure, bem como prejudica gravemente a Associação na prossecução de investimentos e realização de projetos futuros.
- A Associação Vai Avante pretende apresentar uma candidatura ao Fundo de Reestruturação do Setor Social, para a resposta social de Centro de Dia, resposta esta destinada, à população idosa da União de freguesias Fânzeres e S.
 Pedro da Cova, respondendo, assim, às necessidades da freguesia. Gostaríamos, ainda, de salientar que, segundo a Associação Vai Avante, a Segurança Social deu garantias de apoio a este projeto, através de financiamento.

 A candidatura referida no ponto anterior só pode ser efetivada com a resolução desta situação, ou seja a legalização da ocupação do espaço (Escola 1º Ciclo de Tardariz). O proprietário do imóvel é a Junta da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova.

A não resolução desta situação impede o território de ter uma resposta social fundamental (Centro de Dia), pelo que o Partido Socialista não pode deixar de apresentar uma proposta na defesa da coesão e apoio social a todos os Sampedrenses e Fânzerenses.

Assim, propomos a esta Assembleia a aprovação de uma proposta com vista á execução de um contrato de comodato entre a Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova e a Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, de acordo com os termos do artigo 68°, nº 1 alínea a) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Nesse contrato deverá ficar explícita a duração do contrato bem como as condições da cedência do espaço, nomeadamente os fins a que se destinam e os direitos e deveres do usufruário.

Por ser nosso entendimento que cabe a um de nós, representantes das populações nesta assembleia, tudo fazer para defendermos a coesão social e bem estar dos Fânzerenses e dos Sampedrenses, pedimos a aprovação, a todos vós, desta proposta.

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Carlos Taveira